

Desafios contemporâneos na gestão pública, entre o tangível e o intangível: o caso do Programa Cultura Viva

Deborah Rebello Lima*

Resumo: Refletir sobre resultados de políticas públicas de cultura é tensionar aspectos tangíveis e intangíveis. O Programa Cultura Viva pode ser um importante objeto para se refletir sobre a tensão entre estes dois campos. Por conta disto, este artigo busca problematizar estas duas esferas utilizando como fonte a base de dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O propósito não é chegar a conclusões categóricas, mas colocar em análise questões que apontam para mudanças (ou não) na cultura política brasileira e na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva, relação entre Estado e sociedade, resultados tangíveis e intangíveis.

A proposta de reflexão delineada neste trabalho busca (por meio da observação de um dos programas do Ministério da Cultura implementado no período recente – O Programa Cultura Viva) problematizar em que medida os objetivos mais gerais de formulação desta ação são percebidos no cotidiano dos partícipes. Da mesma forma, anseia-se por vislumbrar alguns “nós” existentes na gestão contemporânea de políticas públicas de cultura, ou seja, um exercício de análise sobre aspectos que as novas

* Mestranda do Programa de História Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e bolsista do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: deborahrebellolima@hotmail.com.

ações governamentais propõem e em que medida o arcabouço burocrático brasileiro está preparado (ou não) para dialogar com estas mudanças.

Afinal, entende-se que o processo de implementação / gerenciamento de políticas públicas de cultura no cenário atual é extremamente complexo. Por um lado, o campo coloca em questão o relacionamento entre Estado e Sociedade (quais os papéis a serem desempenhados por cada um destes atores e todas as discrepâncias existentes na interação entre os mesmos). Além disto, o gerenciamento de ações governamentais desta área tem pela frente o desafio de lidar com um objeto que possui resultados tangíveis e intangíveis.

Portanto, o processo de pesquisa de ações contemporâneas é dificultado, pois se busca entender mudanças que estão ocorrendo atualmente. O monitoramento de ações governamentais desta natureza precisam, portanto, dialogar com o dado empírico, o olhar para o campo proveniente da coleta de dados e a observação se os objetos foram plenamente estabelecidos. No entanto, é necessário analisar também a correlação existente entre as propostas desenhadas pela ação no momento de sua formulação e a maneira como a mesma é absorvida e ressignificada pelos partícipes. A análise gravita em torno da compreensão da tensão existente entre os dois campos das políticas culturais: o de dimensão tangível e a dimensão intangível, aqui está proposto o principal desafio para o pesquisador do campo.

A construção deste artigo se baseia na análise de aspectos intangíveis do Programa Cultura. Em uma tentativa de “capturar” possíveis transformações (ou não) na cultura política brasileira, mudanças em aspectos presentes na interação de grupos da sociedade civil e destes com o Estado brasileiro. Para isso, é conveniente fazer um pequeno mergulho nas definições propostas pelo Programa.

O Programa Cultura Viva, antes de tudo, deve ser compreendido em sua heterogeneidade. Para tanto, é necessário que se leve em conta seu caráter inovador,

mas também polissêmico e desigual. De acordo com definições traçadas em trabalhos anteriores, o programa pode ser entendido da seguinte forma:

Fazendo um panorama histórico, pode-se considerar que a data de nascimento do Programa Cultura Viva foi o dia 06 de julho de 2004. Pois, por meio de uma portaria, o Ministério da Cultura criou o Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania. Já no preâmbulo de sua “certidão de nascimento” (esta portaria ministerial citada), o objetivo do Programa foi definido como uma ação para: “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.” (MINC: 2004, p. 1)¹ (LIMA: 2010, p. 7)

Tendo como foco principal segmentos excluídos do circuito de produção cultural brasileiro (populações de baixa renda, estudantes da rede pública de ensino, comunidades indígenas, quilombolas, entre outros), a ação buscou, por meio do estabelecimento de um convênio direto entre o Ministério da Cultura e organizações não governamentais, fomentar ações/grupos já existentes e arregimentar a capacidade de circulação da produção cultural brasileira de pequenos e restritos círculos para outros por todo o Brasil. Um mecanismo de valorização de conceitos como diversidade cultural, cidadania, outra forma de gestão política, articulação entre vários atores sociais e fomento a difusão de mecanismos digitais.

O Programa não inventou um arcabouço extremamente sofisticado. Pelo contrário, baseou-se na “simplicidade” de reconhecer ações e grupos culturais que já tinham um histórico de atuação em suas localidades. Com o propósito de estabelecer novas pontes de interação entre o Estado e a Sociedade. Novas pontes não, novos pontos. Por meio dos Pontos de Cultura, espaços de sociabilidade reconhecidos e já inseridos da organização social dos grupos, o Estado se aproxima da sociedade e anseia

¹ Portaria publicada em 06 de julho de 2004 pelo Ministério da Cultura com o propósito de criar o Programa Cultura Viva. Texto original disponível em: <www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf>. Acesso em 15/09/2010.

estabelecer um tipo de gestão compartilhada com a sociedade civil. Afinal, existe a premissa de que não poderia existir política pública de cultura sem que ocorra esta interação entre Estado e Sociedade, conforme definiu Gilberto Gil na época em que tomou posse no cargo de Ministro da Cultura:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas - já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as *condições* educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. [...]

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de *do-in* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente

entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (GIL: 2003, p. 5)²

Este trecho emblemático, coloca-nos diante de uma tese que já havia sido colocada por outros pesquisadores da área. Marilena Chauí já tinha problematizado o conceito de cultura e o escopo a ser seguido pelo Estado, conforme exposto no trecho seguinte:

[...] com uma definição de cultura alargada de elaboração coletiva pelo prisma democrático com direitos iguais para todos os cidadãos, sem privilégios ou exclusões; com definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, combatendo em particular à memória social uma, divisa, linear, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade; garantindo com esta linha de ação proposta o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes seja pela invenção de novos significados culturais; direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural; direito de usufruir dos bens da cultura com condições de acesso e uso; direito à informação sobre os serviços culturais; direito à formação artística e cultural, gratuita; direito a espaços para reflexão, debate e críticas, direito à informação e à comunicação. (CHAUÍ: 2006, p. 89)

Esta ampliação do escopo também deve lidar com a forma como o Estado dialoga com a sociedade civil. Afinal, esta forma de interação é que pode ser diversa. Vislumbra-se que contrariando a lógica *laissez faire* proposta anteriormente, a gestão que se iniciou em 2003 buscou ressaltar a importância do Estado como um ator político relevante e atuante no cenário nacional. Mais do que um regulador de questões, este Estado apontou para um maior nível de intervenção em todos os campos e a cultura não foi diferente. Diferentemente da lógica neoliberal vista anteriormente, conforme ressaltou Rubim:

² Discurso de posse do Ministro de Estado de Cultura Gilberto Gil, proferido em 02/01/2003. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>>. Acesso em: 15/09/2010.

No Brasil, a crise das políticas culturais – já fragilizadas por três tristes tradições nacionais: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2008) – é aprofundada pela tentativa neoliberal do governo Collor, que reduziu drasticamente a atuação do estado na cultura, inclusive extinguindo o Ministério, e pela consolidação de um projeto neoliberal no governo Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da Cultura Francisco Weffort. Merece destaque a subsunção do tema da identidade nacional, sempre relevante nas políticas culturais no país. José Castello chega a anotar: “A política de *laissez-faire* do governo Fernando Henrique Cardoso permitiu que ficasse em segundo plano, por fim, a antiga (e talvez desgastada) questão da identidade nacional” (2002: 655-656).

A gestão Fernando Henrique Cardoso / Francisco Weffort entronizou o mercado, em detrimento da identidade nacional, no núcleo de sua atuação cultural, através das chamadas leis de incentivo à cultura. Tais leis, de imediato, ocuparam quase integralmente o lugar das políticas de financiamento e – ato contínuo – tomaram o espaço das políticas culturais. Assim, o estado retraiu seu poder de deliberação político-cultural e passou a uma atitude quase passiva, através da qual apenas tinha a função de isentar, muitas vezes em 100%, as empresas que «investiam» no campo cultural. Em resumo, ainda que o recurso fosse, em sua quase totalidade, público, o poder de decisão sobre quais atividades deveriam ser apoiadas passou a ser de responsabilidade apenas das empresas. (RUBIM: 2009, p. 101)

Conforme ressaltou Rubim, o período anterior foi marcado pelo incentivo ao mercado como ator principal na política cultural brasileira. Sob o lema: “Cultura é um bom negócio”. O Estado brasileiro assumiu um papel de reduzida intervenção no meio com o argumento de que não cabe ao Estado fazer cultura.

Neste sentido, as ideias colocadas em prática pelo Ministério da Cultura a partir de 2003 buscaram salientar de que Estado estava-se falando. Um Estado não produtor de cultura, mas garantidor do acesso a ela como um direito fundamental.

O Estado proposto por este modelo é interventor, mas também maestro de questões e realidades distintas. Com o propósito de possibilitar equidade e justiça no acesso a bens e produtos culturais, formula políticas públicas que se decompõem em programas

e ações de governo com o objetivo de mudar determinado cenário. Conforme demonstra fragmento do projeto apresentado pelo então Secretário de Programas e Projetos Culturais³, o interesse foi o de reconhecer agentes e mecanismos já existentes e fomentar a construção de novos modelos e usos:

O programa **CULTURA VIVA** prevê um processo contínuo e dinâmico de implementação. Seu processo de desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, devendo desenvolver, sobretudo, uma articulação com um conjunto de atores pré-existentes. No lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, caberá ao programa estimular a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social. (TURINO: 2009, p. 76)

Na prática, o Cultura Viva pode ser entendido como um reflexo da mudança de percepção sobre o papel das políticas culturais nas sociedades atuais. Uma alternativa para pautar uma nova relação do Estado com a cultura. Segundo a visão de Marilena Chauí (CHAUÍ: 1995, p. 81), o histórico de atuação na área pode ser resumido por quatro principais modalidades:

- A *liberal*, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais.
- A do *Estado autoritário*, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil.
- A *populista*, que manipula uma abstração genericamente denominada *cultura popular*, entendida como produção cultural do *povo* e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural.

³ Setor responsável pela formulação, implementações e gestão do Programa na época.

- A *neoliberal*, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais. (CHAUÍ: 1995, p. 81)

Portanto, este percurso de visualização de cenário, de formas de pensamento que orientaram a formulação do Programa Cultura Viva visam potencializar o entendimento de sua estruturação formal e dificuldades. Afinal, esta ação governamental inovou ao centrar nos beneficiários o foco da gestão, mas também sofreu com o tipo de relacionamento criado entre Estado e sociedade civil. Pois, trazer para “dentro” do governo ações e pessoas que já estavam acostumadas a estarem fora do foco de atuação tem seus inúmeros lados positivos, mas também denota fragilidades existentes. Surgem problemas de gestão, dificuldades em lidar com casos tão distintos, a relação de paternalismo criado entre Estado e membros do Programa, etc. Ao olhar para o caso descrito neste trabalho é importante entender o que de inovador este modelo nos traz, mas também é preponderante não perder o foco e destacar quais aspectos negativos existem e precisam ser modificados para a plena maturação das ações e de todos os envolvidos.

Acredita-se que esta ação governamental pode ser compreendida como um processo de amadurecimento e de reconfiguração de uma nova relação entre Estado e sociedade. Onde, desde o início, o Estado busca apostar no reconhecimento e não no estabelecimento de relações clientelistas e paternalistas entre governo e grupos sociais. Acredito que esta premissa é importante para se trilhar formas distintas de observações e acompanhamento deste Programa.

No entanto, ao se analisar o quanto inovador pode ser o discurso e os objetivos inerentes ao Programa é preciso também analisar em que medida estes ideais são compartilhados pelos indivíduos que fazem parte deste arcabouço. O Programa Cultura Viva se baseia em uma aproximação entre Estado e sociedade, conforme fora dito anteriormente. Contudo, é preciso analisar se as proposições são compartilhadas por todos.

Se há uma efetiva mudança na cultura política e se a sociedade civil ocupa o espaço aberto de forma evidente, se não há a criação de canais de relações desiguais que não podem ser transformados de forma tão rápida.

Neste sentido, é interessante fazer uma pequena análise dos números obtidos pela pesquisa do IPEA, destinada à avaliação do Programa. Esta pesquisa foi a segunda manifestação da Secretaria responsável pela ação com o propósito de fazer uma análise sobre os resultados do Programa. No entanto, esta foi a primeira vez que ocorreu o recolhimento de dados com maior fôlego, em escala nacional.

A pesquisa buscou colher informações que possibilitassem a Secretaria estabelecer um raio X, traçar percepções do desenvolvimento dos Pontos e dos níveis distintos existentes entre as organizações. No entanto, o trabalho de análise aqui escolhido buscou outro foco. Utilizando estes mesmos dados colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a proposta foi refletir, ainda que embrionariamente, sobre alguns dos chamados conceitos norteadores da ação, objetivos intangíveis.

Tendo como parâmetro os conceitos de autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede, a proposta foi avaliar em que medida os resultados obtidos possuem (ou não) indícios de absorção destas ideias. Desta forma, acredita-se que a análise aqui proposta tensiona as duas esferas de resultados de uma política pública de cultura, pois utiliza o dado tangível para discutir aspectos intangíveis. Por meio da reflexão sobre as percepções dos agentes, o tipo de relação com o governo, os recursos empregados, o tipo de gestão empregada pelas entidades, etc.; este trabalho busca refletir sobre objetivos delineados pelos formuladores da ação.

Este foi um esforço primeiro para tentar investigar se as idéias presentes do discurso de formulação estariam presentes cotidianamente. A noção de que no momento em que o governo cria o Programa Cultura Viva e estabelece um tipo distinto de relação entre Estado e sociedade, respeitando a autonomia dos grupos e indivíduos, tal fato reforça o protagonismo dos mesmos e possibilita o empoderamento de canais e espaços na

sociedade. Um ciclo que tenderia a ser cada vez mais reforçado pelo trabalho em rede a ser constituído por todos estes membros da sociedade civil e o Estado pode ou não ser plenamente verdadeira. Reconhece-se que analisar se um grupo esta empoderado ou não, se sua autonomia foi respeitada ou se a gestão em rede é efetiva catalizadora do processo é algo extremamente difícil.

Neste sentido, o artigo se propõe a ser um primeiro passo neste processo de discussão de resultados intangíveis do Programa Cultura Viva, utilizando estas ideias como parâmetros. Desta forma, no primeiro aspecto apontado pelos gestores, o respeito do Estado a autonomia individual dos grupos pode ser problematizada. Afinal, qual o tipo de autonomia que os gestores têm em mente? Somente a capacidade de escolha das atividades a serem feitas pode ser entendida como uma autonomia plena? Acredita-se que é necessário refletir também sobre outros aspectos (quando, como e por quanto tempo).

Bem, segundo os dados colhidos pelo IPEA em 87% dos Pontos de Cultura o governo atrasou o repasse de recursos por algum motivo. Dando prosseguimento a análise, em 47% dos casos tais atrasos foram responsáveis pela paralisação das atividades.

Um fato importante que reforça uma percepção de que o fato da gestão ser compartilhada pelos atores, Estado e sociedade civil não estão no mesmo patamar. Não possuem a mesma segurança de decisão sobre seus próprios atos. Um elemento que pode reverberar em outras faces/consequências almejadas pelo programa.

Tendo como norte principal a ligação existentes entre estes objetivos intangíveis (AUTONOMIA, PROTAGONISMO, EMPODERAMENTO E GESTÃO EM REDE), observar que a autonomia exercida pelos partícipes e gestores de ongs que integram a ação é “parcial”, em certo sentido, pode afetar também os outros “objetivos” intangíveis.

Acredita-se que o Cultura Viva é baseado em uma formulação que coloca a potencia na sociedade civil. Reforçando o argumento de que o Estado é mero “fornecedor” de meios e canais para que os grupos e indivíduos consigam reverberar e potencializar seus

fazerem. No entanto, é preciso olhar também para a cultura política brasileira e avaliar em que medida a sociedade efetivamente ocupa de forma evidente seus canais de participação.

Pensar em autonomia, protagonismo, empoderamento e gestão em rede pode ser um primeiro passo importante para que se definam formas de avaliação, acompanhamento e correções da ação. Tais conceitos já foram discutidos por pesquisadores, são reverberados pelos Pontos, mas é necessário problematizá-los e observar em que medida os rumos cotidianos desta ação governamental dialogam com estas ideias.

Entende-se que pensar em protagonismo em uma ação governamental onde em mais de 70% dos casos o poder decisório de opinar onde os recursos serão gastos e quais os rumos serão seguidos estão concentrados na mão de uma ou poucas pessoas contraria a visão romântica de protagonismo social. Desfaz a percepção de que o Estado potencializa um fazer que “dá” ao indivíduo oportunidade de ser protagonista da própria história e empoderar-se dos canais disponíveis.

Importante ressaltar que as ações definidas pelo Programa Cultura Viva buscam contribuir para uma maior autonomia das atividades realizadas por grupos específicos da população, sem, contudo, perder de vista a importância da valorização da memória do país, da capacitação e formação de novos agentes e a interligação dos sujeitos por meio de mecanismos de trocas de informações. Algo de escopo amplo e com inúmeros sujeitos inseridos na implementação.

Desta forma, os dados do Ipea, são a base de dados de maior fôlego para se traçar um ponto inicial de análise. Para se discutir autonomia dos Pontos em um cenário de dependência dos recursos financeiros e em um ambiente onde os consecutivos atrasos prejudicam as atividades. Neste mesmo processo, pode-se refletir sobre o protagonismo social existente no Programa e em que medida as decisões tomadas refletem ou não um processo de ausculta de suas localidades. O que coloca em sequência o potencial de empoderamento de canais de representação e de participação decisória. Afinal, se o

protagonismo é restrito a um número pequeno de participantes, não se fortalece o potencial de criação de demandas coletivas o que, conseqüentemente enfraquece também o potencial de construção rede.

O desafio proposto foi enorme desde o início, afinal, conseguir efetivar um programa que teria como meta a atuação em áreas tão distintas não pode ser tarefa fácil. Ainda mais quando a postura de gestão adotada tem como objetivo empoderar a sociedade civil dos mecanismos decisórios e fazer deles co-gestores da ação. No entanto, o que se coloca em debate aqui é que não se fazem grandes rupturas de forma tão rápida. As mudanças propostas por estas e tantas outras ações precisam ser incorporadas, reconhecidas e ressignificadas pelo grupo social. Não importa que o governo busque este ou aquele resultado, por mais importante que possa ser, ele precisa fazer parte da cultura política do grupo. Segundo Gil, citado anteriormente neste trabalho, é preponderante que se tenha em mente que a ação estatal reflete a cultura política de seu tempo, mas também convive com uma dialética de tradições e invenções que pode colocar em campo posições distintas (ou até mesmo contraditórias).

Da mesma forma, os resultados obtidos por este artigo são maneiras de analisar o alcance de resultados pouco tangíveis, mas que podem ser problematizados pelos gestores. Afinal, se há o interesse de proporcionar mudanças e inaugurar uma nova forma de gestão da cultura pelo governo, seja em uma nova percepção da importância do investimento em cultura, no maior espaço da mesma na agenda governamental nacional, mas também, sobretudo, nas conseqüências que esta nova importância da Cultura ocasiona na maneira como o Estado se relaciona com a sociedade civil.

Da mesma forma, convém ressaltar que outras tantas mudanças tangíveis precisam ser pensadas para que estes objetivos intangíveis sejam alcançados também. Neste sentido, repensar a forma de controle dos recursos públicos e convênios celebrados é um aspecto relevante. Desde seu princípio os partícipes da ação sofrem com problemas de prestação de contas nos projetos.

Outro aspecto interessante é conseguir estabelecer canais mais claros para que a efetiva gestão compartilhada tenha um espaço de disputa e debates. Aproximar Estado e sociedade em um programa governamental, que prega a cooperação entre ambos, necessita de efetiva comunicação entre as esferas, para que dúvidas, problemas e resultados sejam partilhados de forma mais concreta e evidente.

Enfim, este exercício de reflexão tem o propósito de trazer pontos e possibilitar que os pesquisadores do Programa reflitam sobre outras questões. Este ainda é um primeiro passo na busca por discussões mais amplas sobre os resultados intangíveis. Seja pela sua dificuldade de observação ou pela escassez de dados sobre o objeto. Por conta disto, o ponto não é chegar a conclusões categóricas, mas abrir o campo ainda mais para o debate e esperar respostas afirmativas ou contrárias a estas colocações.

Referências bibliográficas

BOLÁN, Eduardo Nivón. *La política cultural*. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. In: *São Paulo em Perspectiva* - Cultura, Vida e Política. - Revista da Fundação SEADE, vol.15, n. 2, abril-junho 2001.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Cultura Política e Política Cultural*. Revista Estudos avançados n. 9. São Paulo. 1995.

DA SILVA, Frederico A. Barbosa; ARAÚJO, Herton Ellery. *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

DOUNIS, Valéria Viana Labrea Sumaya Dounis; RANGEL, Antonia Maria do Carmo Rangel. *Programa Cultura Viva: Análises e Observações*. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

Hernández, Tulio. "La investigación y la gestión cultural de las ciudades". Comunidad Iberoamericana. Pensar Iberoamérica. Revista de Cultura. Año: 2003, n. 04.

LIMA, Deborah Rebello. *De Ponto a Ponto: o desafio da construção, implementação e apropriação de uma política pública e seu relacionamento com o lugar*. Trabalho de final de curso de graduação em Produção Cultural. Niterói: UFF, 2009. Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues.

_____. *Programa Cultura Viva: Novos desenhos de políticas culturais na contemporaneidade*. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2010. Orientador: Renzo Romanno Taddei

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Portaria Ministerial de Criação do Programa Cultura Viva*. Brasília: MINC. 2004. Texto original disponível em: <www.cultura.gov.br/site/wp-content/.../portaria-156-de-2004.pdf>. Acesso em 01/03/2011.

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais e novos desafios*. Rio de Janeiro: Revista Matrizes. Ano 2, n. 2. 2009

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.